

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i36.50546>

CUBAS, Caroline Jacques. Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

Recebido em 24/10/2019- Aprovado em 01/11/2019



Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil

Juliana Neri Munhoz ¹

A obra da autora Caroline Jacques Cubas se enquadra e é inovadora nos estudos relacionados a esta chamada temática sobre *Gênero e Religiosidades: resistências e modos de vida*: por trazer a memória revelada das freiras em tempos de ditadura militar no Brasil, que eram invisíveis até a presente pesquisa, e por desvelar as disparidades numéricas e dados oficiais trazendo exemplos de resistência destas

freiras, buscando entender se elas foram participantes políticas ativas do regime militar e como entendiam suas ações.

A perspectiva de gênero também é trabalhada pela autora quando se analisa as diferentes formas de ação política entre padres e freiras, homens e mulheres. A importância do livro se dá em trazer à tona personagens que foram coadjuvantes na escrita da História. Por essas questões a categoria gênero é utilizada para análise das experiências religiosas na discussão de como abordar e pensar as freiras como vítimas de repressão e de invisibilidade institucional da Igreja. Como afirma a autora:

¹ Mestre, especialista e doutoranda em Ciência da Religião pela PUC SP. Graduada em Ciências Sociais pela Unesp- SP. Pesquisa as relações de gênero e religião presente no catolicismo em suas Congregações religiosas. Professora de Sociologia em rede particular e pública em São Paulo. Email: nerimunhoz@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8252-3758>

a categoria gênero é definidora das reflexões aqui apresentadas, tanto para compreensão das relações de poder estabelecidas dentro da instituição eclesíastica, quanto para a análise das formas pelas quais as freiras foram mencionadas pelos periódicos em suas relações possíveis com movimentos de resistência e contestação. CUBAS, 2018, p.24.

Tal invisibilidade se encontra quando se procura olhar nos lugares que tem homens e no espaço de atuação deles e não delas. Por isso a autora traz outra leitura das realidades, percebendo a inserção destas mulheres religiosas no contexto da ditadura militar no Brasil.

O contexto do estudo é o da vida religiosa feminina, com uma metodologia que utiliza fontes variadas: leis, depoimentos, processos e principalmente revistas e jornais da época que publicavam algo sobre a Igreja e as freiras. O aspecto teórico se encontra na discussão de gênero, congregações religiosas e política. Busca-se, assim, como pontua a autora trazer imbricações entre os hábitos (tanto a vestimenta como o “jeito de ser freira”) e o ato de resistir. (CUBAS, 2018, p.19)

A autora então contextualiza historicamente a política associada as mudanças que ocorriam na Igreja Católica neste período de ditadura militar no Brasil cheio de conflitos e resistências, o interessante é perceber como isso chega na incorporação de hábitos e sentidos que as freiras davam a sua vida religiosa. Em um primeiro momento, são discutidas as transformações e as mudanças na estrutura da Igreja Católica na década de 1960 e como tais transformações atingiram as mulheres neste período. Tudo isso se faz através de revistas e jornais como a *Veja*, *Folha de SP*, também discursos de Paulo VI. Os conflitos do período eram retratados nestes jornais e revistas e encontramos nestas notícias muito sobre a figura da freira e de como ela seria retratada pós Vaticano II. Muito interessante a análise das reportagens e as peculiaridades percebidas pela autora a partir também de depoimentos e contatos sobre a atuação das religiosas.

O seguimento do trabalho e sua estrutura são muito bem amarrados e permite que o leitor compreenda desde as “*Mudanças de hábitos: transformações visíveis e os novos sentidos para a vida religiosa feminina*” em que se discute as transformações ocorridas e como estas transformações atingiram a vida religiosa feminina como a não obrigatoriedade do hábito, a profissionalização das freiras, o uso de outros espaços para atuarem. O que chama a atenção são os significados que o uso dos hábitos tem tanto para as freiras como para a sociedade e a autora traz a diversidade de falas e opiniões que aparecem em reportagens

nos jornais e revistas da época. O hábito religioso possui significações e é um elemento de reconhecimento e distinção. A freira muitas vezes é definida por suas vestes e muitas vezes o hábito pode ser um elemento de aproximação ou separação das pessoas. Alguns exemplos e notícias remetem a questão da mudança de hábito algo relacionado a moda, um grande marcador das distinções de gênero: *“As freiras e seus novos hábitos na moda tornavam-se assim mulheres inseridas em um discurso de gênero que, por sua vez, balizava os seus espaços de atuação, restringindo-os, naquele momento ao que era comum às outras mulheres, ou seja, o privado.”* (CUBAS, 2018, p.49). Como complementa Cubas (2018) a chamada honra da mulher é relacionada a aparência, sendo uma questão tanto pública quanto privada. Manter a honra era manter as aparências e nisto se encontra o uso do hábito.

A associação deste tema com os movimentos de emancipação feminina presentes na época nos faz pensar em até que ponto as mulheres religiosas realmente possuíram um avanço em sua atuação já que alguns direitos nunca lhe foram concedidos especialmente o da não ordenação feminina. Parte-se de uma visão de vida religiosa feminina baseada na submissão, ruptura com questões mundanas, silêncio e solidão no claustro para uma mudança no uso do hábito religioso, discursos de libertação das mulheres para vida das freiras e a inserção destas no mundo do trabalho. Os movimentos da segunda metade do século XX envolveram o papel social da mulher, sendo religiosas ou não.

O trabalho das religiosas se amplia, mas ainda assim se tem uma legitimidade aparente, pois como coloca Caroline não há uma transformação das condições das freiras de forma ampliada: por exemplo, se fala da possibilidade de durante as missas ler versículos da Bíblia na Igreja “desde que o façam fora do altar” (CUBAS, 2018,p.38) Na documentação oficial da Igreja católica não tratam com a mesma igualdade a emancipação das freiras como os jornais e revistas da época.

O livro dá continuidade mostrando as implicações políticas e sociais destas mudanças da vida religiosa através de algumas reportagens que retratam violências sofridas pela Igreja ao longo da ditadura militar. Primeiro que muitos registros foram censurados e proibidos. O número de prisões de religiosos e religiosas no período é analisado pela autora: 6 religiosas e 122 religiosos. Apesar desse número de religiosas ser pequeno, o objetivo da autora é mostrar que a participação delas em movimentos de embate e resistência existiu.

As relações entre Igreja e Estado é entendida pela autora como complexa pois não são todos membros do clero e congregações religiosas que combatem o regime militar. Apresentou conflito no sentido de que a Igreja ou religiosos “possuíam ligações com o marxismo”, em especial pela emergência da Teologia da Libertação. Como exemplo a autora cita que segundo Frei Betto já em 1964 haviam setores ligados à Ação

Católica, em oposição ao regime instituído em especial pelo desrespeito aos direitos humanos.

Muitas implicações sociais, políticas, morais, institucionais envolviam as ações estabelecidas pela Igreja Católica. Diferentes grupos atuavam dentro da Igreja: os conservadores e os progressistas. Os primeiros ditos prudentes e o segundo desde branco pacífico ao vermelho da violência. Uma das questões colocadas é a que faz menção à questão agrária e de cunho social. Acusações a Igreja sobre atividades “subversivas”, um dos casos retratados foi uma intervenção militar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino mantida por freiras dominicanas em Minas Gerais pela desconfiança de ideologia comunista. A Faculdade adotava uma postura humanista, com apelo social e pensamento crítico. A concepção pedagógica era de compromisso social e político e por esse motivo considerada subversiva. Isso ocorre também em outras instituições educacionais e são citadas em jornais e revistas: “Freiras religiosas comunistas”.

As freiras e padres foram às ruas e faziam manifestações pela expulsão de padres como o padre operário Vauthier. Também manifestações para exigir atitudes da CNBB quanto à violência que atingiam os estudantes. A prisão de padres também causava comoção e protestos. Observa-se assim movimentos de desobediência, ousadia e crítica e consequentemente de resistência das freiras.

A observação do envolvimento em passeatas e movimentos contestatórios nos mostra que mesmo com as limitações impostas às religiosas e com toda invisibilidade pela condição de mulher elas participaram de movimentos populares e se envolveram politicamente. Muitas das ações de resistência realizadas por freiras desenvolviam-se nos espaços previamente atribuídos a elas e não eram objeto de atenção, até por não serem nem conhecidas por si mesmas e sim por ser esposa, irmã, filha de algum homem. O que foge a regra é, como já foi dito, a participação nas passeatas e apoio ao movimento estudantil. Elas escondiam procurados pela polícia, curavam feridos revolucionários e guardavam material subversivo.

Um dos exemplos trazidos muito interessantes e de muita influência foi o da Madre Cristina Maria que dedicou a sua vida à luta social. Fazia parte de uma família de origem autocrática e de estreitas relações com a burguesia paulista. Tinha um ambiente politizado, fez parte do grupo docente de Psicologia da PUC SP e entrou na vida religiosa para dedicar-se às questões sociais. Os perseguidos e os familiares de presos políticos iam buscar o apoio da mãe. Propagava ideais de liberdade e era contra a uma postura de não aceitação de noviças negras em várias Congregações. Militou junto aos estudantes da JUC- Juventude Universitária Católica, visitava presos e dava assistência psicanalítica aos militantes de esquerda em uma clínica da faculdade. Também fazia denúncias, também

por telefone e pichava muro. Recebeu ameaças de prisão e de vida, mas nunca foi presa. Morreu em 1997 já velhinha.

Outra influência foi a de Maria Valéria Resende, que era diferente de uma freira convencional. Ingressou nas Cônegas de São Agostinho em 1965 em SP, dedicando-se a educação popular para pessoas carentes. Aproximou-se de Frei Betto e da JEC-Juventude Estudantil Católica e envolveu-se com organizações clandestinas contra a ditadura, sendo amiga de presos políticos e ajudando a esconder pessoas.

O envolvimento de religiosos e religiosas em questões sociais não foi particular do nosso país. A autora trás exemplos da América Latina como o caso do Equador em 1976. Foram expulsos religiosos que atuavam na região e presos 17 bispos, 22 padres, 5 freiras e 12 leigos. Estes foram acusados de realizar um encontro subversivo quando realizavam uma reunião sobre o momento atual político em que passava a América Latina.

Conclui a autora que os documentos que revelam os casos de participação política ainda são inexplorados e que algumas fontes mereceriam um tratamento detalhado, como a participação das freiras nas CEBs e reflexões sobre as histórias de vida, testemunhos destas freiras. O foi condutor do trabalho foi seguir o período do Concílio Vaticano II e o período de abertura de uma atuação social mais abrangente pelos religiosos e religiosas, resistindo às atuações de governos autoritários. Resistências e suas manifestações da armada até a política, em favor da vida do semelhante. É de extrema importância as reflexões deixadas pela autora como motivação para continuação de pesquisas e trabalhos que contêm as histórias das freiras, para que elas possam ser ouvidas e não fiquem envoltas do silêncio na história. As freiras enquanto mulheres fizeram parte deste contexto e suas histórias foram deixadas de lado. Este trabalho é de extrema importância para trazer à tona que as freiras não estavam alheias ao que ocorria no país.

Referência

CUBAS, Caroline Jacques. *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.